

"OS PRIMEIROS EUROPEUS NO JAPÃO: OS PORTUGUESES E OS ESPANHÓIS"

Teiiti Suzuki (DLO-USP)

I. OS PORTUGUESES

O domínio do Oceano Índico, iniciado pela expedição de Vasco da Gama (1498), estende-se a leste e atinge, em 1511, Malaca, um ponto-chave do comércio marítimo, para onde, segundo descreve o próprio conquistador do sítio, Afonso de Albuquerque, vice-rei da Índia, "afluíram os barcos de Carbaia, Chaul, Dubul, Calicute, Adém, Meca, Shehr, Jida, Coromandel, bem como de Bengala, da China, de Goves (Okinawa - N. do A.), do Japão, de Pegu e de todas as partes do mundo".¹

De Malaca, os portugueses partem, de um lado, para o leste, conquistando Arboina, coração das ilhas Molucas das especiarias (ou Maluco, segundo os cronistas da época), e de outro lado, avançam para o norte, à procura da China, de cuja importância econômica ficam informados por mercadores chineses e japoneses que freqüentam Malaca.

A China, então o império dos Ming, exercia forte controle sobre o comércio exterior, só o admitindo sob forma de "tributo": os países estrangeiros que quisessem o comércio com a China, declaravam-se seus vassalos e levavam várias mercadorias como "tributo" e recebiam o equivalente como retribuição. Era a transação pública entre os governos, estando proscrito o comércio privado. Entretanto, o governo Ming não era capaz de exercer um controle absoluto sobre o comércio clandestino ao longo do extenso litoral. O contrabando era largamente praticado, às vezes até com a conivência de autoridades locais, por navios nacionais e estrangeiros, os quais, não raro, se transformavam em piratas.

Logo depois da conquista de Malaca, os portugueses aparecem nas costas de Cantão, participando desse comércio clandestino.

Em 1517, a rota de Fernão Peres de Andrade entra no porto de Cantão, trazendo o primeiro embaixador português, Tomé Pires, para a Corte dos Ming. Quando, em 1519, o embaixador estava empenhado na sua difícil tarefa de abrir a porta do Império por meios diplomáticos, Simão de Andrade, irmão do capitão da frota, comete atos atentatórios contra a soberania imperial: "foi fazer em terra (na ilha de Tomão, em frente do porto de Cantão - N. do A.) uma força de pedra e madeira; com sua arti-

lharia posta nos lugares por onde podiam ofender; mandou enfocar um homem do mar com pregão e tanta cerimonia como se fora neste reino (de Portugal); comprava muito moços e moças, filhas de gente honrada."² Acresce que o sultão de Malaca tinha apresentado ao imperador chinês uma queixa contra os portugueses que "vinham torando o seu reino, pedindo-lhe que o mandasse socorrer, pois era seu vassalo em sinal de obediência".³

Em consequência, o embaixador é preso, feito refém, como garantia da reparação do dano causado ao vassalo do império, e morre na prisão (1521).

Frustrada a tentativa de abertura oficial, os portugueses voltam ao comércio privado entre Goa e as costas meridionais da China, tendo como entreposto, o porto de Malaca.

Um dos juncos que faziam essa rota foi apanhado pela tempestade, acolhendo-se no porto de Tanegashima, uma pequena ilha ao sul de Kyūshū, em 1543 (segundo a fonte japonesa) ou em 1542 (segundo a fonte portuguesa).⁴ Havia nele, três estrangeiros de fisionomias nunca vistas antes. Um passageiro chinês serviu de intérprete improvisado, traduzindo por meio de ideogramas chineses escritos na areia. Os ilhéus souberam, então, tratar-se de portugueses, a quem logo cognominaram naniban, isto é, "bárbaros do sul". Eram os primeiros europeus que pisavam o solo japonês.

O senhor de Tanegashima interessou-se particularmente pelas espingardas que os naniban traziam. Mandou adquirir dois exemplares e iniciou a sua fabricação, bem como a de balas e pólvoras.

A respeito disso, Fernão Mendes Pinto acrescenta pormenores pitorescos que transcreveros a seguir:

"...hum dos tres que eramos, por nome Diogo Zeimoto, torraua algũas vezes por passaterpo tirar com hũa espingarda q̄ tinha de seu, a que era muyto inclinado, & na qual era assaz destro. E acertando hum dia de yr ter a hum paul onde auia grande serra de aues de toda a sorte, matou nelle com a munição hũas vinte & seis marrecas. os Iapões vendo aquelle nouo modo de tiros que nunca ate então tinhão visto, derão rebate disso ao Nautaquim que neste tempo estaua vendo correr hũs cauallõs q̄ lhe tinhão trazido de fora, o qual espantado desta nouidade, mandou logo chamar o Zeimoto ao paul onde andava caçando, & quando o vio vir com a espingarda às costas, & dous Chins carregados de caça, fez disto tamanho caso, que em todas as cousas se lhe enxergaua o gosto do que via, porq̄ como até então naquella terra nunca se tinha visto tiro de fogo, não se sabião determinar co que aquilo era, nen entendião o segredo da poluora, & assentarão todos que era feitiçaria. O Zeimoto vendoos tão pasrados, & o Nautaquim tão contente, fez perante elles tres tiros em que matou hum milhano & duas rolas, (...) E entendendo então o Diogo Zeimoto que em nenhũa cousa podia melhor satisfazer ao Nautaquim algũa parte destas honras que lhe fizera, nem em q̄ lhe desse mais gosto que em lhe dar a espingarda, lha offereceo hum dia que vinha da caça com muyta serra de porbas & de rolas, a qual elle aceitou por peça de muyto preço, & lhe affirmou que a estimaua muyto mais que todo o tisouro da China, & lhe rãdou dar por ella mil taeis de prata, & lhe rogou muyto que lhe insinasse a fazer a poluora, porque sem ella ficaua a espingarda sendo hum pedaço de ferro desaproueitado, o q̄ o Zei-

moto lhe prometeo, & lho cuprio.”⁵

Nessa época, o Japão era sacudido por uma convulsão interna prolongada. A guerra de Ōnin (1467-1477) dividiu os governadores militares das províncias em duas facções antagônicas, fazendo ruir por terra a autoridade central do xogun. A autoridade desses governadores, por sua vez, foi sendo usurpada por seus vassalos e, estes sendo substituídos por seus subordinados. Era o período chamado de Gekoku jō, isto é, do “inferior usurpando o superior”, apelido que bem caracteriza a violenta transformação da estrutura social em curso.

Assim, surgiram mais de uma centena de senhores feudais ou daimyō os quais, ora se batiam entre si, ora se aliavam em coalisões efêmeras. Com muita razão, as cartas jesuíticas referiam-se a eles como reis, ou às vezes duques, pois os seus domínios ou feudos pareciam constituir reinos independentes, em constante pé de guerra. Cada daimyō procurava desenvolver a economia de seu feudo e fortalecer seu poderio militar.

Os japoneses assimilaram logo a técnica da fabricação de espingardas, dado que o país contava com uma indústria siderúrgica bem desenvolvida na época, a ponto de as armas brancas constituírem um dos principais artigos de exportação para a China. A arma de fogo se difundiu com espantosa rapidez, em face da crescente demanda por parte dos daimyō em guerras constantes.

Depois da primeira viagem, que foi acidental, os portugueses começavam a aparecer nos portos de Kyūshū e logo perceberam que o comércio entre o Japão e a China era altamente vantajoso.

Por volta de 1550, fica instituída a figura do capitão-Mor de Viagem do Japão, a quem é conferido o monopólio desse comércio intermediário.

É nesta época que São Francisco Xavier inicia a evangelização do Japão. Chegado a Goa em 1542, como núncio apostólico e inspetor geral das missões, percorreu as costas de Malabar, Ceilão, Malaca e as Molucas. Em Malaca, conheceu um foragido japonês, de nome Anjiro, de cujo contato teria nascido a resolução de Xavier em propagar a fé no arquipélago. Diz o apóstolo das Índias: “se assim são todos os japoneses, tão curiosos de saber como Anjiro, parece-me que é gente mais curiosa de quantas terras são descobertas (...) desejosa de saber coisas novas, assim de Deus como de outras coisas naturais, (...) gente amiga de razão, mais discreta e avisada, (...) a melhor gente até agora descoberta”.⁶

Em 1549, chegam a Satsuma, sul de Kyūshū, em companhia de mais três jesuítas, o Padre Cosme de Torres e os irmãos João Fernandes e Paulo de Santa Sé. Paulo de Santa Sé era o nome do japonês Anjiro, na Companhia.

Diga-se de passagem que Xavier, bem como Torres e Fernandes, são espanhóis. Entretanto, nós os incluímos no grupo português, pois, pelo Padroado Português a Santa Sé tinha concedido aos reis de Portugal a faculdade de fundar igrejas e formar o clero nas terras conquistadas e naquelas a serem conquistadas (jam acquisitis et acquirerendis)⁷. Realmente, a relação entre a coroa portuguesa e a Companhia de Jesus era muito íntima no ultramar. Os embaixadores enviados ao Japão pelo Vice-Rei da

Índia eram jesuítas, sendo um deles, Valignano, de nacionalidade italiana. O mesmo aconteceu com a Espanha em relação aos franciscanos. Os embaixadores que o governador das Filipinas enviou ao Japão pertenciam àquela ordem, como veremos adiante.

Os jesuítas foram bem recebidos pelo senhor ou daimyô de Satsuma, bem como pelo clero budista local, que os consideravam como pertencentes à seita budista da Índia. O daimyô assim procedia, na esperança de que os navios portugueses chegassem aos seus portos trazendo mercadorias que desejava. Como não aconteceu o esperado, a acolhida inicial se esfriou. Por outro lado, os budistas começam a reagir ante os ataques frontais dos jesuítas, opondo-se a doutrina budista e a moral do clero.

Depois de colher algum resultado - cerca de 600 conversos - Xavier deixa Satsuma e percorre outros portos e outras cidades do oeste e chega à capital, Kuôto, com o intuito de obter a permissão do Xogum para realizar pregações no país. Constata, no entanto, que a capital está devastada pelos incessantes combates, estando o próprio Xogum refugiado na província vizinha. Volta de novo ao oeste. Tal como aconteceu com o daimyô de Satsuma, o daimyô de Yamaguchi doa um templo budista à missão que considerava pertencer a uma seita budista de Saiiki (isto é, as terras que ficam a oeste da China).⁸ Também os senhores de Bungo, Matsuura e Omura, do norte de Kyûshû, acolhem esses missionários. Mais tarde, o senhor de Omura doa à Companhia, os portos de Yokose (1568) e Nagasaki (1580).

São patentes os interesses desses daimyô pelo intercâmbio com os portugueses. Um deles, o de Bungo, quer obter o salitre (pólvora) com exclusividade para "combater o daimyô vizinho que é perseguidor da fé"⁹. Outro, de Matsuura, ante a promessa de proteção ao cristianismo, solicita que lhe sejam fornecidos canhões.¹⁰ Realmente, a todos os daimyô interessava esse intercâmbio, o que lhes trazia grande vantagem econômica e militar, através do armamento novo. Os barcos portugueses entravam nos domínios dos senhores que facilitavam o trabalho dos missionários. Havia, no entanto, os feudos onde a reação do clero budista e das forças conservadoras a ele ligadas era forte contra essas missões. Os senhores feudais destas regiões tinham de sacrificar o interesse econômico e bélico, pela manutenção da ordem interna.

Durante a sua estada no Japão, Xavier constata a ascendência que a cultura chinesa exerce sobre os intelectuais japoneses. Resolve, então, catequizar primeiro a China para facilitar a evangelização do Japão. Volta a Goa (1551), e, de lá, dirige-se para a China, mas falece na Ilha Shesheu, em frente a Cantão, em 1552.

O comércio intermediário dos portugueses entre o Japão e a China se intensifica. Por volta de 1557, em face dos serviços prestados para repelir os corsários (segundo a versão mais corrente), os portugueses obtêm das autoridades locais chinesas a concessão para construir o porto de Macau.¹¹

Concomitantemente, as atividades missionárias desenvolvem-se no Japão com a vinda de elementos novos, atingindo a região da Capital e adjacências. Obtém-se, assim, do Xogum, a autorização para pregar (1560).

Por outro lado, a convulsão bélica que assolava o arquipélago por mais de um século vai chegando ao fim. Dentre os daimyô combatentes, sobressai Nobunaga,

senhor de Mino. Audacioso, progressista e hábil estrategista, foi subjugando seus adversários conseguindo, finalmente, em 1568, entrar na Capital, trazendo consigo o Xogum Yoshiaki (que estava refugiado no interior) para reconduzi-lo no seu posto de generalíssimo.

Com essa atitude, Nobunaga mostrou assumir de fato os poderes inerentes ao generalíssimo, no entanto, vários daimyô ainda permaneciam insubmissos à sua hegemonia incipiente.

Havia também a resistência dos grupos religiosos. Os grandes mosteiros antigos continuavam detendo imensos latifúndios, com forças armadas próprias. Dentre as seitas novas surgidas no século XIII, Ikko e Nichiren se mostravam mais refratárias às autoridades dos daimyô. Sobretudo a seita Ikko, que se difundia entre os camponeses, tornou-se uma verdadeira potência militar. Das revoltas de camponeses que se sucediam desde os meados do século XV, a dos fiéis IKKO oferecia maior temeridade pela sua coesão fanática. Chegaram mesmo a dominar uma província inteira no centro-norte (Kaga), transformando-a numa república IKKO, durante quase um século (1488 - 1580).

Nobunaga ataca, arrasa os mosteiros tradicionais e esmaga os redutos regionais da seita IKKO, fazendo finalmente capitular o seu mosteiro-sé de Osaka, após um assédio de dez anos (1580). Expulsa, por outro lado, o Xogum títtere (1573) e vai alargando o seu domínio. No auge, porém, da campanha vitoriosa, é assassinado por causa da traição de um de seus generais, em 1582.

Como vimos, Nobunaga se mostrou extremamente hostil para com os grupos budistas; mas, em relação aos missionários, a sua atitude era de benevolência e até de proteção. Já em 1569, logo depois que Nobunaga entrou triunfalmente na Capital, recebe o padre Luiz Frois por repetidas vezes. Contrastando com a arrogância com que trata os seus vassallos, o jesuíta é recebido com tanta receptividade que até surpreende.¹² Também o provincial Cabral e o padre Organtino vêm de Nagasaki para se entrevistarem com Nobunaga (1571). Um templo é erguido na Capital a que o povo chama de Nanbanji "o templo dos bárbaros do sul" e, outro, em Azuchi, onde reside Nobunaga, num terreno doado por ele (1571). O visitador, padre Valignano, recebe de Nobunaga a permissão para construir um seminário também em Azuchi (1579).

Em janeiro de 1582, cinco meses antes da morte de Nobunaga, o visitador Valignano envia para Roma uma embaixada constituída de quatro jovens parentes dos daimyô cristãos de Kyûshû, com o objetivo de mostrar à Europa os resultados da evangelização do Japão, bem como para fazer conhecer aos japoneses a grandeza da civilização européia e sobretudo da igreja católica. Foi um sucesso tanto em Roma como em Lisboa e Madri (a coroa portuguesa foi anexada à Espanha em 1580). Roma, Portugal e Espanha redobram o apoio financeiro para a missão jesuítica na Japão. Esta, na época, contava com 200 igrejas, 2 seminários, 2 colégios, 2 noviciados, 188 missionários e 150.000 fiéis, sendo 25.000 na capital e adjacências e 125.000 em Kyûshû.¹³

É sabido que Nobunaga não tinha qualquer pendor religioso. Era ateu declarado. Perseguiu os budistas como uma das medidas da sua política unificadora.

Quanto aos missionários, dizia aos seus próximos, que os protegia porque se tratavam de estrangeiros vindos de longe e sem arparo no país.¹⁴

O seguinte episódio, parece-nos, poderia desvendar a intenção política de Nobunaga ao proteger os jesuítas. Durante o assedio aos rebeldes budistas, IKKO, de Osaka, o daimyô de Settsu, província vizinha de Osaka, se rebelou contra Nobunaga (1578). Este solicitou ao padre Organtino que fosse convencer Don Justo Takayama, daimyô cristão aliado do rebelado, a passar para o lado de Nobunaga. A missão do jesuíta era bastante delicada: Don Justo tinha oferecido ao seu aliado, sua irmã e seu filho, como reféns, em garantia da sua lealdade. Como Don Justo não acedeu aos bons ofícios do padre, Nobunaga exigiu que o jesuíta conseguisse a adesão de Don Justo, sob pena de extermínio de todos os missionários e seus fiéis. Don Justo passou para o lado de Nobunaga, trocando a vida de sua irmã e de seu filho pela dos companheiros de fé.¹⁵ Nobunaga aproveitou-se da ascendência que os missionários exerciam sobre as suas ovelhas. Os grupos budistas ofereciam um perigo real, ao passo que os missionários, aos olhos de Nobunaga, não passavam de eventual instrumento para consecução do seu intento político-militar.

Morto Nobunaga, destaca-se, dentre os seus generais, Hideyoshi. Líquida o general assassino do seu arro, subjuga outros adversários e toma as rédeas do poder, como sucessor de Nobunaga, na tarefa de unificação do país pelas armas.

Quanto aos missionários, Hideyoshi não modificou a política de seu antecessor. Recebia-os freqüentemente no suntuoso castelo de Osaka, sede do seu governo, doando-lhes um terreno para a construção de uma igreja.

Em 1587, Hideyoshi dirige pessoalmente a expedição contra o poderoso daimyô de Satsuma, vencendo-o. Só restavam agora, alguns daimyô nas longínquas províncias do leste, os quais ainda não lhe tinham tributado a vassalagem mas que não constituíam ameaça efetiva. Hideyoshi é virtualmente o soberano todo poderoso do Japão.

Em Hakata, ainda na viagem de volta da expedição vitoriosa, em 15 de junho de 1589, Hideyoshi promulga um edito pelo qual faz depender de autorização superior a conversão ao cristianismo dos daimyô e seus vassalos e proíbe-lhes a forçar a conversão do seu povo.¹⁶

No dia seguinte, sai outro edito, cujo teor põe em polvorosa toda a cristandade japonesa: anateratiza o cristianismo como atentório à ordem pública e aos bons costumes; condena os bateren (padres) por "aliciar o povo para a lei torpe e mandar destruir templos budistas e shintoístas que pertencem ao patrimônio público"; e ordena, por conseguinte, que "os bateren se preparem para deixar o país dentro de vinte dias". Considera, porém, livre o comércio com os "navios pretos" (isto é, barcas portuguesas) e livre também "o ir e vir de pessoas que não sejam contrárias ao budismo".¹⁷ Ao mesmo tempo, o vice-provincial Gaspar Coelho é interpelado com as seguintes justificativas:

a) porque força os súditos de Hideyoshi à conversão:

- b) porque ataca os sacerdotes budistas:
- c) porque come waka (vaca) que é útil à agricultura:
- d) porque compra e exporta os nacionais como escravos.¹⁸

A pressão recai também sobre os daimyô cristãos. Don Justo Takayama, personagem a quem já nos referimos, é intimado a abjurar a fé; ante a recusa é-lhe confiscado o domínio e colocado sob custódia de outro daimyô, o senhor de Kaga.

Não chegou, no entanto, a ser efetivada a expulsão dos missionários. Conseguiu-se protelar a execução da medida, graças à interferência de daimyô cristãos como Agostinho Konishi, muito íntimo de Hideyoshi.

O primeiro edito se destinava aos daimyô cristãos e o segundo não passava, na realidade, de advertência severa aos bateren (padres) para que moderassem suas ações.

As fontes jesuíticas atribuem a atitude de Hideyoshi a um episódio fútil: o ditador mandou procurar nos domínios de daimyô Kirishitan (cristãos) de Kyûshû, "as donzelas de melhor parecer para satisfazer seus torpes apetites" mas, estas, "como eram cristãs e honestíssimas, lhe deram a resposta que ele merecia e se esconderam todas; como esse tirano era sumamente colérico e arrebatado, se indignou e se encheu de cólera"¹⁹

Parece-nos, entretanto, que a causa é mais profunda. Hideyoshi estava levando a cabo a tarefa de unificar o país, iniciada por Nobunaga. Não havia daimyô que ameaçassem a sua hegemonia. Os grupos religiosos outrora rebeldes tornaram-se dóceis à sua política.

Nessas circunstâncias, a presença de missionários vem a constituir o único corpo estranho a incomodar seu intuito de dominação.

Realmente, o cristianismo introduzido pelos jesuítas, que eram a vanguarda da Contra-Reforma, foi bastante militante e até agressivo. Chocava-se com os valores culturais existentes. O zelo e o excesso de alguns daimyô cristãos como Don Justo Takayama e Don Francisco Otomo eram tais que obrigavam os seus súditos a se converter e ordenavam destruir todos os templos budistas e shintoístas. Houve, por sua vez, daimyô que não toleravam a nova fé dentro do seu domínio, mandando os kirishitan (os cristãos) se apostasiarem sob pena de confisco e banimento.

A essa perturbação de ordem interna, acresce ainda a questão da defesa nacional. Certamente, Hideyoshi era informado, através dos relatos de mercadores japoneses que estiveram no sudeste asiático, de que "a fé e o império" estavam intimamente entrelaçados com a coroa portuguesa de tal maneira que ameaçavam e destruíam a soberania de muitos sultanatos e reinos.

Tanto sabia desse entrelaçamento que o ditador solicitou ao Vice-provincial Gaspar Coelho que o visitara em 1586, os seus bons ofícios junto ao governo lusitano no sentido de obter dois navios bem artilhados. Acontece que o Vice-provincial não só aceitou o pedido mas ainda prometeu o que nem foi solicitado: conseguir o

auxílio de daimyô cristãos na iminente campanha contra os senhores rebeldes de Kyûshû. Comentando mais tarde o ocorrido, o visitador padre Valignano lamenta que Hideyoshi tenha pensado que os jesuítas eram muito influentes e que, um dia, seriam capazes de dirigir os daimyô e massas cristãs contra o ditador, como fizeram os sacerdotes Ikko contra Nobunaga.²⁰ Quanto à obediência dos daimyô cristãos aos padres da Companhia, Hideyoshi estava a par, por experiência própria, pois acompanhara pessoalmente o padre Organtino na sua espinhosa missão de convencer Don Justo no episódio acima citado.

O ditador queria separar duas coisas inseparáveis - a ação missionária e o comércio com os portugueses - reprimindo um e fomentando o outro, o que evidentemente não era possível. Donde, a tábua de sua política repressiva: deixou de executar a expulsão decretada e evitou destruir as igrejas existentes em Nagasaki, quando incorporou este porto ao patrimônio público (1588).

Foi nessas circunstâncias que os espanhóis fizeram a sua aparição no Japão.

II. OS ESPANHÓIS

Enquanto os portugueses foram expandindo a fé e o império ao longo das costas ocidentais da África, desde Ceuta (1415) até o Cabo das Tormentas ou da Boa Esperança (1488), os espanhóis ainda se debatiam em agitações internas e na luta contra os mouros.

Unificadas as coroas de Aragão e de Castela (1479) e expulsos os mouros do seu último reduto de Granada, em 1492, a rainha Isabela de Castela financia a expedição de Colombo para alcançar as Índias - "onde crescem as especiarias" - por via oeste.

Firma-se o Tratado de Tordesilhas (1494), fixando o meridiano que biparte o domínio das terras a serem descobertas entre Portugal e Espanha. Esta se empenha na exploração das novas terras americanas, ao mesmo tempo que procura a saída para o Pacífico, o que Balboa avistará, em 1513.

Finalmente, Fernão de Magalhães, a serviço da coroa espanhola, descobre a passagem pelo estreito do mesmo nome (1520), navega pelo pacífico e alcança as Filipinas, onde morre assassinado pelos aborígenes (1521). O restante da frota continua a viagem e completa a circunavegação em 1522.

Descoberta a nova rota, a Espanha reivindica a posse das Molucas, o celeiro das especiarias, com base no Tratado das Tordesilhas, ao que Portugal reage, alegando que aquelas ilhas ficavam no hemisfério lusitano delimitado pelo mesmo tratado. Depois de longas lutas e negociações, a disputa é solucionada pelo Tratado de Saragoça (1529), sendo Portugal reconhecido como dono das Molucas, mediante indenizações à Espanha.

Os espanhóis concentram sua atenção na conquista dos astecas, incas e araucanos (1519-1541) e na exploração das minas americanas, com Potosi à frente (1545), o que faz inundar o erário espanhol de metais preciosos.

Somente em 1570, a frota espanhola de Legaspi reaparece nas Filipinas. Funda-se Manilha que serve de entreposto no comércio entre a China e a Nova Espanha.

Em 1584, um barco espanhol, que viajava de Manilha a Macau, é colhido pela tempestade e chega ao porto de Hirado, em Kyûshû.

O daimyô cristão de Hirado dá-lhe boa acolhida e se apressa a dirigir, por intermédio do capitão do navio, um ofício ao governador das Filipinas, no qual "declara estar às ordens do El-Rei (da Espanha) e do governador como o melhor servidor entre os vassallos d'El-Rei".²¹ Toda essa subserviência é para poder iniciar o intercâmbio econômico com os espanhóis.

Aos espanhóis de Manilha, porém, não interessava o comércio com o Japão, porquanto a seda chinesa se vendia mais vantajosamente na Nova Espanha do que no Japão. Interessava, isto sim, a evangelização com os missionários espanhóis - franciscanos, beneditinos e agostinianos - o que, no entanto, era impraticável no momento, porque a bula papal de 1585 concedera exclusividade à Companhia de Jesus nessa tarefa.

A impossibilidade da ação missionária paralela ao comércio aumentava o desinteresse dos espanhóis pelo Japão.

Nesse ínterim, regressa de Roma aquela embaixada de jovens japoneses, acompanhada do padre Valignano. Mas a situação do Japão se modificou. Está em vigor, pelo menos no papel, o edito anti-cristão de 1582. Em conformidade com este, o jesuíta volta ao Japão na qualidade de enviado especial e plenipotenciário do Vice-Rei da Índia. Entrevista-se com Hideyoshi na companhia da aludida embaixada (1591) e apresenta a mensagem, na qual o Vice-Rei solicita "os favores de vossa Alteza (Hideyoshi) aos religiosos destes reinos (Portugal) dignos de veneração que, conforme o seu instituto, passam a todas as partes do mundo para ensinar o verdadeiro caminho da salvação".²²

Hideyoshi responde em termos severos, frisando que "os bateren (padres) vieram a esta terra e quiseram destruir a lei verdadeira com a lei falsa, enganando homens e mulheres, pelo que foram condenados. Se vierem de novo e quiserem fazer a conversão, serão todos aniquilados. Se desejarem o intercâmbio honesto com esta terra, não haverá impedimento para a vinda dos mercadores".²³

Em 1592, Hideyoshi envia uma mensagem ao governador das Filipinas, exigindo que "apresente, sem demora, a vassalagem (quer dizer, iniciar o comércio sob a forma de "tributo", a que nos referimos anteriormente - N.do A.), sob pena de ser conquistado pelas armas".²⁴ É portador da mensagem, uma pessoa de Harada. Trata-se, segundo se infere dos documentos existentes²⁵, de um mercador que freqüentava Manilha e que conseguiu a amizade de alguém que pertencia à entourage de Hideyoshi.

No mesmo ano de 1592, tendo sido frustradas as tentativas de encetar o intercâmbio oficial com a China, pretende Hideyoshi consegui-lo pela força. Mas, como

a Coréia, sendo vassala da China, negou-se a dar passagem às forças japonesas, Hideyoshi ordena a sua invasão.

O governador das Filipinas, temeroso da ameaça do ditador japonês, envia o vigário Cobo como embaixador. Na mensagem em que assina como representante de Felipe II, "rei de Castela, Leon, Aragão, Sicília, Jerusalém, Portugal, Navarra, Granada, Sardenha, Córsega, Murcia, Jaen, Algarves, Algecira, Gibraltar, das Índias Oriental e Ocidental e outros continentes e ilhas nos oceanos, grão duque da Áustria, duque de Borgonha e Milano, conde de Habsburgo, Flandres, Bretanha, Tirol e outros", explica que está enviando o embaixador para aclarar a situação, pois, existem dúvidas sobre o credencial de um tal Harada, enviado de Hideyoshi.²⁶

Hideyoshi reitera a sua intenção ao frei Cobo, o qual, porém, perece no naufrágio, na viagem de regresso.

Sabedor do ocorrido, o governador envia um novo embaixador, frei Pedro Baptista, acompanhado de outro franciscano (1593), comunicando estar enviando franciscanos, porque foi informado por Harada de que Hideyoshi queria conhecer os padres daquela ordem. De fato, existe a cópia do memorial apresentado por Harada, no qual solicita o envio de 10 franciscanos, que indica nominalmente, inclusive o frei Pedro Baptista.²⁷ É um ato insensato de aventureiro para agradar o governador, zeloso de propagar a fé, como bom fidalgo de Felipe II e cavaleiro da ordem de Santiago, quando o ditador japonês é a favor do comércio, mas contra os missionários.

Dado o tom protetador da mensagem quanto ao intercâmbio econômico, Hideyoshi manda de volta o vice-embaixador, capitão Pedro Carvajal e detém, como reféns, o embaixador e o outro padre, até a resposta do governador das Filipinas. Os dois franciscanos, porém, põem-se a empenhar nas atividades missionárias. No ano seguinte (1594), chegam o frei Jerônimo de Jesus e mais três franciscanos, trazendo a resposta do governador, também em termos protetatórios. Estes, igualmente, juntam-se ao grupo do embaixador frei Baptista na tarefa da evangelização.

Em 1596, o bispo Martinez vem de Goa como embaixador do Vice-Rei da Índia, trazendo consigo mais quatro jesuítas. A atividade dos franciscanos espanhóis com flagrante desrespeito à bula papal de 1585, não agrada os jesuítas portugueses. Seria uma espécie de concorrência desleal. A julgar pelas cartas franciscanas, os jesuítas recebiam os colegas "mal; muito mal; taxavam-nos de desobediência ao Papa; chegaram a negar os sacramentos aos neófitos que acudiam à igreja dos frades". Os franciscanos, por sua vez, acusavam os adversários de que "comerciavam em grande; possuíam portos e fortalezas bem artilhadas", etc.²⁸

Enquanto isso, surge um acontecimento insólito de trágicas consequências.

Em junho do mesmo ano (1596), um navio espanhol, San Felipe, que se dirigia de Manilha à Nova Espanha, naufraga nas costas do Japão e chega à praia de Uradó, Japão. As autoridades locais socorrem os tripulantes, mas confiscam a carga "porque eles infringiram a lei".²⁹

Dizem as cartas jesuíticas que um tripulante, ao protestar contra o confisco, mostrou no mapa mundi a imensidão do domínio espanhol e ameaçou de a Espanha conquistar o Japão por represália. Indagado sobre como os espanhóis conseguiram tanto domínio, disse que primeiro mandavam os padres para catequizar os gentios, como preparativo para a conquista posterior. De acordo com o relatório do capitão do navio e das fontes franciscanas, o desfecho trágico que se seguiu teria sido causado pela calúnia do bispo jesuíta Martinez, acima citado.³⁰

Seja como for, a ocorrência serviu de estopim para explodir a ira do ditador contra os que insolentemente desobedeciam ao decreto proibitório de pregação: seis franciscanos, inclusive o embaixador frei Baptista, três jesuítas japoneses e mais dezessete neófitos foram presos e crucificados em Nagasaki, em novembro do mesmo ano de 1596. São os vinte e seis mártires, canonizados mais tarde (1826).

Inicia-se a perseguição sangrenta aos cristãos.

O governador das Filipinas protesta contra o confisco de San Felipe e a execução dos missionários. Hideyoshi repele-o de maneira enérgica:

"Eu tinha proibido as atividades dos bateren (padres), porque pregavam a lei do diabo; engodavam o povo, introduzindo costumes estranhos, e molestavam a governança do país. Não obstante, eles não voltam à sua terra e continuam pregando nas cidades e nos campos. Mandeí executá-los, porque fui informado de que o país de V.Sa. empregava a pregação como ardil para conquistar os reinos estrangeiros. Gostaria V.Sa. que o Japão fizesse o mesmo no país que V.Sa. governa? V.Sa. quis destruir as nossas religiões, para conquistar o nosso país tal como fez no mundo. (...) Se V.Sa. não enviar gente para pregar a torpe religião, os navios mercantes da sua terra poderão comerciar livremente com este país."³¹

A suspeita, aliás, de Hideyoshi não era de todo improcedente, pois não faltava quem ponderasse:

"Se os padres quisessem favorecer o El-Rei (da Espanha) como seus leais vassallos, com muita facilidade poderiam fazer com que El-Rei fosse senhor do Japão de fato, como o é de direito (o meridiano de Tordesilhas corta pela metade o arquipélago japonês - N. do A.), porque há muitos senhores de sua parte e muitos cristãos devotos seus. (...) Somente em Nagasaki, poderiam arrumar trinta mil arcabuzeiros, todos cristãos, e neles poderiam confiar como nos espanhóis, mesmo porque não se atrevem a sair fora do que os padres lhes impõem e mandam."³²

O mesmo intuito de conquista é manifestado com maior detalhe na carta do ex-governador das Filipinas, conforme se verá mais adiante.

Morre Hideyoshi, em 1598, e, na situação caótica que se segue, firma-se a posição de Ieyasu dentre os vassallos do ditador falecido. A outra facção se forma em torno do filho ainda jovem de Hideyoshi.

Em 1600, as duas facções se batem na batalha de Sekigahara, de onde Ieyasu sai vencedor. Os domínios dos daimyô que aderiram à facção contrária foram confiscados ou diminuídos. Ieyasu assume o cargo de Xogum, com sede em Edo, hoje Tóquio, em 1603.

Pouco antes da batalha de Sekigahara, no mesmo ano de 1600, o barco holandês Liefde, seriamente avariado pela tempestade, atinge Bungo, em Kyûshû. Foi o primeiro navio dessa nacionalidade a ancorar no Japão.³³

A Holanda, independente da Espanha desde 1581, tendo os portos de Lisboa fechados para os seus barcos, estava procurando penetrar nos domínios ultramarinos espanhóis e portugueses. Os ingleses também faziam o mesmo, tendo tido frustradas as tentativas de atingir a Índia por via noroeste e nordeste, através do Oceano Ártico. Mesmo depois de vencida a Armada Invencível (1588), a luta dos ingleses e holandeses, contra os espanhóis e portugueses, na conquista ultramarina, prosseguia árdua, através de corsários e frisbuteiros.

Em 1589, a firma holandesa "Hay of Voeck" arma uma frota de cinco navios com destino à Índia, mas somente um, o Liefde, consegue sobreviver e chega ao Japão.

Informado do ocorrido, Ieyasu manda chamar imediatamente o capitão comissário e o piloto do barco (esse último, inglês, de nome William Adams) e com eles se entrevista repetidas vezes. Criva-os de perguntas sobre a situação internacional e fica inteirado de que há países protestantes (como a Holanda e a Inglaterra) que não obedecem ao Papa e que ameaçam os domínios ultramarinos espanhóis e portugueses. A maior novidade foi que esses protestantes queriam comerciar com o Japão, sem qualquer veleidade missionária.

Ieyasu, tal como seu antecessor, era favorável ao comércio exterior, o que o fazia tolerar a atividade dos bateren (padres).

Conforme se vê nas cartas trocadas, desde 1600, entre Ieyasu e o governador das Filipinas, aquele procura não só incentivar o comércio com Manilha, mas também encetar o intercâmbio direto com a Nova Espanha, ao passo que o governador das Filipinas se preocupava mais com a propagação da fé.³⁴

Como reflexo desse estado de coisas, cresce a atividade missionária dos espanhóis no Japão. A notícia do martirológico de Nagasaki repercutiu intensamente no mundo católico e estimulou o zelo apostólico dos missionários. Os bateren (padres), principalmente espanhóis, se infiltraram no arquipélago - no início, sorrateiramente mas, mais tarde, quase às escâncaras - para socorrer a cristandade japonesa em perigo.

A Santa Sé, reconhecendo essa situação, revoga a bula de 1585, que assegurava, exclusivamente à Companhia de Jesus, o direito de evangelização do Japão: estendeu-o também aos missionários de outras ordens, com a condição de que fizessem

um estágio em Goa ou Macau, antes de alcançar o Japão e que ficassem na obediência do bispo jesuíta do Japão (1600), condição essa que é eliminada posteriormente (1605).

Parecia a chegada da bonança depois da tempestade. A nova fé é propagada para todo o território nacional, não só pelos jesuítas mas também pelo grupo espanhol, isto é, pelos franciscanos, beneditinos e agostinianos.

De acordo com a fonte jesuítica, o número de neófitos teria atingido, em 1605, cerca de 700.000 almas, equivalentes a 3% da população total estimada.³⁵

Além de Macau e das Filipinas, Ieyasu estabelece relações comerciais com os demais países do sudeste asiático (com a China e a Coreia, entretanto, as relações continuam estrengidas, em consequência da agressão bélica que só terminou com a morte de Hideyoshi). Os navios mercantes japoneses sulcam os mares. São os "navios de selo vermelho", assim chamados porque levavam a carta de autorização do Xogum com o selo vermelho. O selo era conferido com um fac-símile entregue previamente à autoridade do país a que se destinava. Não raro eram pilotados por estrangeiros, principalmente por portugueses. Mais de 350 autorizações foram concedidas aos vassallos e comerciantes, inclusive estrangeiros, até 1635, ano em que foi consumada a reclusão do Japão.³⁶

É o comércio dirigido pelo governo do Xogum.

O dirigismo atinge também a importação da seda, antes dominada pelos portugueses: o monopólio na aquisição da seda importada é concedido a um limitado grupo de comerciantes japoneses (1604).

Para contrabalançar a preponderância dos portugueses no comércio com o Japão, o governo procura atrair os holandeses e ingleses que tinham constituído as Companhias das Índias Orientais em 1602 e 1600, respectivamente.

Não tarda, porém, a interferência dos portugueses contra essa intenção do governo. A carta que o referido piloto inglês dirigia "aos compatriotas residentes em Java" diz:

"Depois de poucos dias de chegada ao Japão, um jesuíta português acompanhado de um japonês converso, veio para servir de intérprete. Mas ele se portou como autêntico inimigo. (...) Os jesuítas e os portugueses não se cansavam de nos caluniar de ladrões e usurpadores das nações. Afirmavam que se Sua Alteza (Ieyasu) permitisse a nossa vinda a este país, isto seria prejudicial ao interesse nacional, de vez que as outras nações muito nos temiam e não viriam mais para cá. Insistiram para que fôssemos executados, ao que porém, a Sua Alteza não atendeu, frisando que isto não estava de acordo com a justiça e a equidade, porquanto nenhum mal causaríamos a ele e à sua nação."³⁷

Não teriam sido menos venenosas as invectivas do inglês contra os portugueses e espanhóis, para prejudicar seus interesses, de vez que ele era tratado por Ieyasu "tão bem como um barão da Inglaterra; não havia sugestões (de Adams) que não

fossem aceitas por Sua Alteza."³⁸ Realmente, o piloto inglês se tornou uma espécie de conselheiro particular de Ieyasu: "ensinava-lhe a matemática e a geometria", construía-lhe navios, obtinha autorizações de "navios de selo vermelho" e outros favores.

Um ano depois de estabelecido o cerceamento ao comércio português, a atitude de Ieyasu endurece também com relação aos espanhóis: na mensagem dirigida ao governador das Filipinas, em 1605, critica-o severamente por solicitar reiteradamente a proteção aos missionários "porque o nosso país é tradicionalmente budista e shintoísta."³⁹

Em 1609, chegam ao porto de Hirado dois navios holandeses, cujo objetivo era, segundo o piloto inglês, "apresar as carracks (naus) portuguesas que faziam viagem de Macau."⁴⁰ Com a ajuda do inglês, os holandeses conseguiram abrir a feitoria em Hirado.

No mesmo ano, entra no porto de Nagasaki a nau do Capitão-mor Don Andrea Pessoa que é também governador de Macau. No ano anterior, cerca de 50 tripulantes do navio, pertencente a um daimyō, foram aprisionados em Macau por terem promovido desordem. Este daimyō e o governador de Nagasaki querem obter explicações do Capitão-mor, mas este, ante o aparato bélico com que é cercado, sente-se perdido, faz explodir a nau e perece com ela. As relações nipo-portuguesas, estremeçadas por este acontecimento, só são restabelecidas dois anos depois, com a missão de Don Soto-Mayor, novo governador de Macau.

Ainda no mesmo ano, o navio que ia de Manilha à Nova Espanha, levando a bordo o ex-governador das Filipinas, Don Rodrigo de Vivero, naufraga e chega às costas do leste japonês. Don Rodrigo é bem recebido por Ieyasu e, depois de onze meses de permanência, parte para a Nova Espanha num navio construído pelo piloto inglês e oferecido por Ieyasu. Na carta que, ainda no Japão, escreve para o rei da Espanha, aconselha a conquista do Japão "pois há pretextos legítimos como o confisco de San Felipe, a execução dos franciscanos e o caso da nau de Macau (do Capitão-mor, acima citado)." Considerando, no entanto, que o Japão está bem armado, recomenda que primeiro sejam enviados mineiros espanhóis, cuja vinda Ieyasu desejava para aperfeiçoar a lavra e o beneficiamento da prata, para depois serem enviados os missionários, a pretexto de dar assistência religiosa àqueles quando, na verdade, pretendiam evangelizar os japoneses. Assegura o leal fidalgo d'El-Rei: "quando o número de cristãos crescer, estes elegerão El-Rei como soberano, porquanto preferem aquele que os protege àquele que os persegue."⁴¹

Em 1611, vem o embaixador da Nova Espanha, Don Sebastião Viscayno, para agradecer o bom tratamento dispensado a Don Rodrigo e para trazer de volta os vinte e dois japoneses que acompanharam Don Rodrigo. Integra a missão, o "padre comissário da Ordem de São Francisco no Japão" e outros franciscanos.

Depois de ser recebido pelo Xogun, procede às sondagens marítimas do litoral. Essas sondagens, embora efetuadas com a anuência do Xogun, são denunciadas pelo piloto inglês e pelos holandeses como um ato infringente à soberania japonesa e preparatório da invasão.⁴² Em seguida, parte para a descoberta das lendárias "Islas

Ricas de Oro y Plata" que existiriam perto do Japão, o que, aliás, constituía o objetivo precípua da missão de Don Viscayno (1612).

Não conseguindo, volta de novo ao Japão para conseguir um navio que o levasse à Nova Espanha, porque o seu ficara seriamente avariado pelas tempestades.

Nesse ínterim, a situação do Japão tinha mudado radicalmente.

Ieyasu era um estadista ponderado e cauteloso. A existência dos Kirishtan (cristãos) constituía um empecilho para a sua política ideológica, que executava com mão forte, adotando o neo-confucionismo de Shu-i, como filosofia do Estado. No entanto, tolerava a atividade missionária, tendo em vista as vantagens econômicas que adviriam do comércio com os ibéricos.

Agora, os navios japoneses participam ativamente do comércio exterior e aumenta a expectativa de intercâmbio com os países protestantes que não possuem intenção de evangelização. Desaparece a tibiez do governo do Xogum ante o dilema: o comércio com os portugueses e espanhóis ou a repressão ao cristianismo.

A repressão começa por limpar a entourage (guarda pretorial e damas da corte) de elementos nocivos - os conversos - e começa a destruir as igrejas nos domínios diretos do xogunato: Edo (Tóquio), Osaka e Nagasaki (1612). Em 1613, os ingleses obtêm a permissão para manter a feitoria em Hirado.

O Xogum nem recebe o embaixador Viscayno e este volta à Nova Espanha como passageiro do navio armado pelo poderoso daimyô Date Masamune, para levar a embaixada sua para a Espanha e Roma, em companhia do frei Luiz Sotelo (1613). Masamune enviou esta missão a conselho do franciscano Sotelo, com a intenção de atrair os navios da Nova Espanha para o seu feudo (a embaixada retorna ao Japão, sete anos depois, onde o ambiente é completamente adverso ao que desejava Masamune).

A perseguição religiosa prossegue. É ordenada a deportação em massa dos bateren (padres) e Kirishitan (cristãos) para Macau e Manilha (1614) - cerca de 400 ao todo, dos quais 114 missionários. Supõe-se que um terço do total dos missionários tenham escapado, escondendo-se. Dentre os missionários deportados, registram-se 69 que voltaram subrepticamente ao Japão para fazer pregações e morrer na cruz, na fogueira ou por maneiras mais atrozes.⁴³

A guerra de Osaka (1614-1615) elimina Hideyori, residente no castelo de Osaka, como filho herdeiro de Hideyoshi. Nas hostes de Hideyori, havia cristãos, inclusive religiosos, que lutavam com heroísmo, ostentando estandartes com dísticos em português como "Jesus, Maria e Santiago" e outros emblemas cristãos, o que aumentou ainda mais a prevenção do governo contra o cristianismo.

Morre Ieyasu em 1616. Sucede-lhe o filho Hidetada. Este, conservador, preocupa-se mais com a manutenção da ordem interna do que com o comércio exterior.

No mesmo ano, ficam restritas a vinda de navios holandeses e chineses, bem como a residência desses alienígenas, a dois únicos portos - Nagasaki e Hirado - para melhor controlar o contacto entre os nacionais e estrangeiros.

Não obstante o crescente rigor da perseguição, não cessa a infiltração dos bateren (padres), tanto os egressos do Japão como os novos, os quais desafiam a

própria morte para acorrer à cristandade ameaçada de extermínio.

Desejosos de afastar a concorrência dos navios japoneses, os holandeses e ingleses não hesitam de advertir o governo do Xogum de que não poderiam evitar a infiltração dos ateren enquanto não cessasse o tráfego de "navios de selo vermelho". Como prova de tal alegação, a esquadra anglo-holandesa apresa um barco japonês que voltava de Manila, levando a bordo dois franciscanos, Zuniga e Flores, disfarçados de mercadores, e os entrega à autoridade japonesa (1620).

Em 1623, Mitsuhide, neto de Ieyasu, assume o posto de Xogum. É um generalíssimo nato, arbitrário e temperamental.

Empenha-se com ardor na extinção do cristianismo, cuja existência constitui, a seu ver, uma afronta contra a onipotência da autoridade do Xogum. A perseguição chega ao extremo de impedir que os mercadores japoneses viajassem ao exterior. É a chamada política de "reclusão" (sakoku).

* * *

A política de reclusão se processou de maneira gradativa.

Em primeiro lugar, os espanhóis são expulsos do país, sendo os navios japoneses proibidos de viajar para as Filipinas (1624). O embaixador espanhol que vem tentar a reabertura nem é recebido pelo Xogum.

Em 1628, o governo japonês proíbe a entrada de barcos portugueses, proibição essa que só é suspensa dois anos depois, graças à atuação do embaixador de Macau, Don Gonçalo Silveira.

A autorização de "navios de selo vermelho" é drasticamente limitada ao círculo restrito de comerciantes privilegiados (1633).

Finalmente, é promulgado o chamado edito de "reclusão", de 1635: são proibidas, sob pena de morte, a saída de japoneses para fora do país, bem como o regresso dos que residiam no estrangeiro; só é permitida a vinda de navios estrangeiros - chineses e holandeses - para um único porto - Nagasaki; é proscrita a construção de navios de grande porte.

No ano seguinte (1636), os portugueses são isolados numa ilha artificial (Dejima), construída no porto de Nagasaki.

Entrementes, rebenta uma revolta de camponeses contra o rigor de exações fiscais em Shibabara e Arakusa, no norte de Kyūshū (1637). As revoltas de camponeses não são raras durante o Xogunato. Mas esta diferia das demais no que era dirigida pelos Kirishitan (cristãos). Cerca de 50.000 arotinados oferecem uma resistência fanática contra as forças de cerco, bem superior em número (125.000, segundo a fonte japonesa e 140.000 segundo a fonte jesuítica) e em equipamento (inclusive contando com a colaboração do barco holandês para bombardear o castelo de Hara, reduto dos rebeldes). Somente depois de esgotadas as munições e os víveres, o castelo de Hara cai nas mãos dos atacantes, sendo todos os sobreviventes, inclusive mulheres e crianças, massacrados (1638).

A resistência heróica dos fanáticos abala o prestígio do governo do Xogum e a suspeição contra os cristãos transforma-se numa psicose.

No ano seguinte (1639), são expulsos os portugueses, proibindo-se a entrada das naus de Macau, sob a alegação, aliás infundada, de que os portugueses instigaram a revolta dos cristãos.

O fato foi aclamado e festejado pelos holandeses de Batavia (Java), mas consternou os portugueses de Macau, cuja prosperidade dependia grandemente do intercâmbio com o Japão.

Em 1640, Macau envia uma missão especial para pedir a reabertura, mas o governo japonês não recua: sessenta e um membros da missão são executados e o barco é queimado.

No mesmo ano, fica instituído o ofício da inquisição para intensificar sistematicamente a apostasia dos neófitos e a execução dos que não abjuram a fé.

Comentando o ocorrido, diz o jesuíta Antonio Cardim:

"É digno de nota o ódio do Xogum contra a religião cristã. Ele ignora o interesse material seu e de seus súditos com o único objetivo de erradicar o cristianismo do Japão."⁴⁴

Os holandeses são, agora, os únicos europeus permitidos no Japão (os ingleses, não podendo competir com os holandeses, tinham se retirado do país, em 1623).

Mas os próprios holandeses não podem escapar da prevenção contra os estrangeiros. Em 1641, são isolados na ilha artificial de Dejima e colocados sob severa vigilância das autoridades, sendo mesmo impedidos de celebrar ofícios religiosos, rezar ou cantar hinos. No mesmo ano, é também proibida a importação de livros estrangeiros, salvo os relativos à medicina e à arte náutica.

O governo do Xogum chega até a suspeitar de comerciantes chineses, como possível veículo de idéias cristãs: são também confinados num bairro construído no subúrbio de Nagasaki (1688).

Consumou-se, assim, a chamada reclusão do Japão que durará até 1854, quando a esquadra do comodoro Perry força as portas fechadas.

O contacto com os europeus, que se iniciou há um século, se interrompe abruptamente. A violência do ato corresponde à violência do conflito de culturas: de um lado, a cultura europeia representada pelo catolicismo militante da Contra-Reforma e, de outro, o nacionalismo japonês oriundo da recente unificação política, nacionalismo cujo vigor é bem refletido nas vigorosas artes pictóricas, cênicas e literárias da época.

Agravou ainda a situação, o imperialismo ibérico, nascido da luta contra os infiéis e, por isto, intimamente ligado com o ecumenismo agressivo da Contra-Reforma, a chocar-se contra o totalitarismo do governo do Xogum. Além do mais, o ódio e a rivalidade gerados pelos conflitos subsequentes à Reforma, colocavam, perante as autoridades japonesas, os portugueses e espanhóis de um lado, e os holandeses e ingleses de outro, como contendores manchados de sangue inimigos, caluniando-se entre si, o que aumentava a suspeita contra ambos.

A reclusão interrompeu o contacto do povo japonês com os europeus. Durante mais de dois séculos, a civilização ocidental só podia penetrar no Japão sob severa vigilância e fiscalização, através da minúscula porta da ilha Dejima, onde eram confinados os únicos europeus - uma dezena de holandeses pertencentes à feitoria- e onde entravam uma vez por ano os barcos holandeses, vindos de Java.

A curiosidade do povo japonês pelas culturas alheias tem sido grande, como demonstra a sua história. Não o era menos quando do primeiro contacto com os europeus. Atesta-o a abundância de motivos nanban ("bárbaros do sul" ou portugueses) nos objetos de arte e artesanato da época: arcabuzes, cruces, rosários, cachimbos, cartas, vestimentas, etc. Numerosas palavras portuguesas ainda existem no vocabulário japonês de hoje, comprovando a penetração da cultura lusa na vida japonesa de então.

A expansão do cristianismo foi espantosa no Japão, se comparada com o que aconteceu na China: o número de neófitos japoneses atingiram a casa de 700.000 (setecentos mil), depois de meio século de evangelização, cálculo um tanto otimista, é verdade, da fonte jesuítica, ao passo que o frei João Nobre deplorava o fato de que os jesuítas conseguiram converter apenas quatro chineses em Macau, ao fim de igual período de catequização.⁴⁵ Embora tivessem sido registrados esporádicos casos de prisão e execução de Kirishitan (cristãos) até o fim do período Tokugawa (1868), o cristianismo foi praticamente erradicado do Japão, tal foi o rigor da repressão e tamanha a fobia contra a religião dos bateren (padres).

Das ciências, artes e tecnologias transmitidas pelos portugueses, somente a medicina, a arte náutica e a arma de fogo puderam ser preservadas, continuando a ser cultivada pelo contacto com os holandeses.

Os artistas japoneses assimilaram também a pintura à óleo, segundo se comprova de raríssimos exemplares que nos restam. Essas artes pictóricas, bem como a música e o teatro, de cuja assimilação pelos neófitos tanto falam as cartas jesuíticas, desapareceram sem deixar raízes.

A contribuição dos jesuítas no estudo da língua japonesa foi também enorme. No entanto, o valor científico de seus trabalhos, como o Vocabulário de Língua de Japão, feito por alguns padres e irmãos da Companhia de Jesus, e a Arte de Língua de Japão, de autoria do Pe. João Rodriguez, impressos no Japão em 1603 e 1604, respectivamente, com o conjunto tipográfico trazido pelo padre visitador Valigniano, em 1590, só foi descoberto pelos lingüistas japoneses recentemente.

Várias obras religiosas como o Guia do Pecador, de frei Cruz de Granada, o Contemptus Mundi ou Imitatio Christi, a Acta Santorum e outras foram traduzidas para o japonês pelos jesuítas portugueses e japoneses. O alto valor desses trabalhos ficou também privado do conhecimento do público, até que fossem desenterrados do precocidade e longo sepultamento, há pouco menos de meio século.

NOTAS

1. Pannikar, L.M. - A Dominação Ocidental na Ásia. (trad. de Neresio Salles), vol. I, Ed. Saga, Guanabara, 1965, p.56.
2. Barros, João de - Terceira Década - Livro Sexto. Lisboa, Agência Geral das Colônias, 1946, p.307.
3. Barros, João de - op. cit. p. 301.
4. Okada, Akio et alii - Nihonno Rekishi (História do Japão) 2a ed. Tóquio, Shinbun, 1963, vol. 7, pp. 54-55.
Galvão, Antonio - Tratado de Descobrimento. Porto, Civilização Brasileira, 1944, p. 463.464.
Pinto, Fernam Mendez - Peregrinação, vol. IV. Porto, Portucalense Editora, 1945, p. 108-112.
O onipresente Mendez Pinto diz ter sido um daqueles portugueses, com o pormenor de ter demonstrado eficiência da espingarda, matando vinte e seis marrecos selvagens. Segundo o mesmo cronista, outrossim, o navio era do "capitão chin" (chinês).
5. Pinto, Fernam Mendez - Peregrinação. Lisboa, Pedro Crasbeeck, Anno 1614. facsimile, Nara - Japão, Ed. da Universidade de Tenri, 1973, fls. 159-verso - 160.
6. Bayle, S.L. Constantino - Un Siglo de Cristandad en El Japon. 1a. ed, Barcelona, Editorial Labor, 1935, p. 51.
7. Rego, Antonio da Silva - Padroado Português no Oriente, 1a ed. Lisboa, Agência Geral das Colônias, 1940, p. 20.
8. Okada, Akio - Kirishitan (Cristão). In: Nihon bungakushi Taikei Tóquio, Shinbun, 1963, vol. VIII, p. 196.
9. Murakami, Naojirō- Ikoku Ōfuku Shokanshū (Coletânea de Correspondência com o Exterior). 1a ed. Tóquio, Sunansha, 1929, p. 16.
10. Murakami, Naojirō - op. cit., p. 17.
11. Boxer, C.R. - "The Far East". In: Fidalgos. 1a. ed. Haya, Martins Nijhoff, 1948, p.3.

12. Murakami, Naojirō - Yasokaishi Nihon Tsūshin (Cartas Jesuíticas do Japão). 2a ed. Vol. I. Tóquio, Sunnansha, 1931, p.6.
13. Anesaki, Masaharu - Kirishitan Dendōno Kōhai (Grandeza e Decadência da Missão Cristã). 1a ed. Tóquio, Dōbusha, 1930, p. 185.
14. Murakami, Naojirō - Yasokaishi Nihon Tsūshin. op. cit. vol. II, p. 42-45.
15. Murakami, Naojirō - op. cit. vol.II, p. 456-461.
16. Okada, Akio - op. cit. Vol. VII, p. 140.
17. Anesaki, Masaharu - op. cit, p. 220.
18. Okada, Akio - op. cit. vol. VII, p. 141.
19. Guerreiro, Fernão - Relação Anual das Cousas que Fizeram os Padres da Companhia de Jesus nas Missões. vol. I. Coimbra, Imprensa da Universidade, 1930, p. 64.
20. Janeira, Armando Martins - O Impacto Português sobre a Civilização Japonesa. 1a. ed. Lisboa, Publicações Don Quixote, 1970, p.57.
21. Murakami, Naojirō - Ikoku Ōfuku Shokanshū. op. cit, p.20-23.
22. Idem - op. cit., p. 24.
23. Idem - op. cit., p. 27-28.
24. Idem - op. cit., p. 29-30.
25. Idem - op. cit., p. 32-35.
26. Idem - op. cit., p. 34-37.
27. Idem - op. cit., p. 54-57.
28. Bayle, S.A. Constantino - op. cit., p. 83-84.
29. Murakami, Naojirō - Ikoku Ōfuku Shokanshū. Op. cit., p.80.
30. Idem - op. cit., p. 75-76.

31. Idem - op. cit., p. 79-80.
32. Bayle, S.A. Constantino - op. cit., p.92.
33. Murakami, Naojirō - Ikoku Ōfuku Shokanshū; op. cit., p.84-90.
34. Anesaki, Masaharu - op. cit., p. 275.
35. Iwao, Seiichi - Shinsento Nihomrachi (Os navios de selo vermelho e o barco japonês). In: Nihon Bunkashi Taikei. Op. cit., vol. XX, p. 105.
36. Idem - Keigen Iqirisu Shokan (Cartas inglesas das eras Keichō e Genna). 1a. ed., Tóquio, Sunnansha, 1929, p. 16.
37. Idem - Keigen Iqirisu Shokan. Op. cit., p. 21.
38. Idem - Keigen Iqirisu Shokan. Op. cit., p. 25.
39. Murakami, Naojirō - Ikoku Ōfuku Shokanshū. Op. cit., p. 91.
40. Iwao, Seiichi - Keigen Iqirisu Shokan. Op. cit., p. 26.
41. Murakami, Naojirō - Don Ródrigo Nihon Kenbunroku (Relación y Noticias de El Reino del Japón, con otros Abisos, y Projectos para El Buen Gobierno de la Monarchia Española de D. Rodrigo de Vivero). 1a. ed., Tóquio, Sunnansha, 1929, p. 126-127.
42. Idem - Viscayno Kingintō Tanken Hōkoku (Relatório sobre exploração de "Islas Ricas de Oro y Plata", de Viscayno). 1a. ed., Tóquio, Sunnansha, 1929, p. 126-127.
43. Anesaki, Masaharu - Kirishitan Dendōno Kōhai. Op. cit., p. 565-567.
44. Boxer, C.R. - The Far East. Op. cit., p. 121.
45. Janeira, Armando Martins - O impacto Português sobre a civilização japonesa. Op. cit., p. 313.